

BYUNG-CHUL HAN COMO ELO INTERSECCIONAL ENTRE HANNAH ARENDT, GIORGIO AGAMBEN E MICHEL FOUCAULT

*BYUNG-CHUL HAN LIKE INTERSECTIONAL LINK OF HANNAH
ARENDT, GIORGIO AGAMBEN AND MICHEL FOUCAULT*

Muriel Emídio Pessoa do Amaral¹

RESUMO

A proposta deste texto é de estabelecer relações entre as reflexões de Byung-Chul Han sobre a presença do poder e trabalho no cenário contemporâneo em interface com o pensamento de Hannah Arendt, Michel Foucault e Giorgio Agamben. Mesmo partindo de posicionamentos e contextos diferentes, Han consegue estabelecer aspectos de confluências entre os autores a ponto de concretizar diálogos principalmente sobre as concepções acerca do trabalho e poder.

Palavras-chave: Poder. Trabalho. Byung Chul-Han.

ABSTRACT

The purpose of this text is to establish relations between Byung-Chul Han's reflections in contemporary society on the thoughts of Hannah Arendt, Michel Foucault and Giorgio Agamben. Even starting from different positions and contexts, Han can establish aspects of confluence between the authors to the point of materializing dialogues mainly about the conception work and power.

Keyword: Power. Work. Byung-Chul Han.

¹ Pós-doutorando em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutor e Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauri). Doutorado sanduíche em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro. *E-mail*: murielamaral@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A proposta deste texto é de reconhecer com os estudos de Byung-Chul Han construíram elos de intersecção entre as contribuições de Hannah Arendt, Michel Foucault e Giorgio Agamben, tendo como recorte as relações de trabalho e as manifestações de poder. A pesquisa acredita que a proposta de Han de servir de elo interseccional entre os autores citados contribui para oxigenação conceitual para o campo epistemológico, além de colaborar também para a formação de novos paradigmas conceituais e metodológicos.

A constituição dos elos de intersecção tem como propósito realizar interconexões entre pensamentos e posicionamentos de autores que se debruçam sobre temas correlatos. Todavia, o estabelecimento dos elos não acontece apenas na interface em processos de leniências ou concordâncias, mas também podem acontecer em movimentos de tensão e discordância como é o caso, por exemplo, um dos objetos empíricos deste texto: poder. O outro objeto de estudo são as relações de trabalho, conforme pensada por Hannah Arendt (1983, 2009), não constituem modos de pertencimento social, estando restritos à manutenção da vida metabólica, todavia, na contemporaneidade, as relações de trabalho, mesmo sendo fontes de violência, são compreendidas como estratégias para ações políticas, como prevê as artimanhas do capitalismo neoliberal.

Assim como Han percebeu as alterações nas relações de trabalho, houve a também mudanças no entendimento de poder. Enquanto Arendt idealizou o poder enquanto sintoma da qualidade de ação política, sendo esta compreendida como a qualidade de agir em concerto no espaço público; Michel Foucault idealizou o poder enquanto manifestações difusas no espaço social para controle, disciplina e dominação, não apenas provenientes do Estado, mas de discursos e práticas de poder e, assim, consolidam os aspectos da microfísica do poder e da biopolítica. E, paralelamente a estes autores, Giorgio Agamben acredita que os referenciais apresentados por Arendt e Foucault, em face às relações de trabalho, formam a qualidade de existência do *homo sacer*, a vida que pode ser matada sem que isso promova qualquer ônus ou dolo aos responsáveis. A atuação de Han sobre estes aspectos é de conjugar as estratégias do capitalismo neoliberal como elo para reconfiguração dos afetos contemporâneos.

1 DESENVOLVIMENTO

O legado deixado por Byung-Chul Han, pesquisador sul-coreano radicado na Alemanha, sobre assuntos pertencentes à contemporaneidade como, por exemplo, as relações de trabalho e as estratégias de poder são considerações pertinentes por despertarem para a reflexão em vários aspectos não apenas no âmbito filosófico, mas também, enquanto concepções sociais para exercício das atividades laborais, os modos de sociabilidade e comunicação e, bem como, a composição das teias simbólicas da cultura contemporânea. A despeito de trazer contribuições contemporâneas, os temas abordados por Han são objetos de reflexão desde a Antiguidade, estendendo-se ao longo dos anos atingindo a contemporaneidade, mas, mesmo assim, merecem dedicação para reflexão justamente por trazer formas de pensar diferentes, pois ainda se encontram em voga.

A construção do pensamento de Han é atual, além de traduzir de modo sensível aos olhos da sociedade as movimentações filosóficas que estão em curso no bojo social. A atualidade do seu pensamento não acontece exatamente por que promove proximidades com posicionamentos pós-modernos ou pós-estruturais que reconhecem a necessidade de reconfiguração das práticas e discursos sobre a ciência e a moral. O arcabouço dele é referência na atualidade pela qualidade de articular teóricos que supostamente teriam dificuldades de estabelecer pontes de convergências ou elos de interseções epistemológicas em linguagem fácil de compreensão. A função do elo interseccional é de estabelecer pontes e reflexões entre autores a ponto de ratificar, criticar, apreciar seus pensamentos ou até mesmo apontar deficiências, incongruências ou lacunas que não foram abordadas e, assim, complementá-las com outros autores para elucidar e construir reflexões mais concretadas sobre o panorama contemporâneo filosófico e social.

Como exemplo da reflexão agregadora de Han está a capacidade de estabelecer os elos interseccionais entre os pensamentos de Hannah Arendt, Michel Foucault e Giorgio Agamben. A função dos elos é de refletir sobre o passado na conjugação do presente, como apresentou Arendt, “todo pensamento é um pensamento posterior, isto é, uma reflexão sobre algum fato ou assunto” (ARENDR, 2008, p. 50). Mesmo apresentando certa contemporaneidade na produção dos estudos, Foucault e Arendt discorreram sobre assuntos semelhantes como a interferência do capitalismo na formação moral e subjetiva, bem como as relações de trabalho e de poder. Todavia, mesmo com a existência destes elos interseccionais, não há registro de diálogos

entre eles em seus próprios escritos. Coube a Agamben ser um dos primeiros elos para estabelecer as intersecções entre Arendt e Foucault e, posteriormente, coube a Han em tons mais ensaísticos estabelecer elos mais consistentes para a construção do pensamento contemporâneo. Antes de apresentar os elos interseccionais entre os autores promovidos por Han, é de salutar a importância sobre as considerações de Arendt, Foucault e Agamben sobre poder e trabalho.

O modo que Han (2017) compreende o trabalho dentro do sistema capitalista atual não apenas enquanto um mecanismo de produção de bens ou serviços, mas também como o promotor de modo consistente do surgimento de patologias emocionais associadas ao intenso produtivismo e desempenho. Pela ideia de compreender a atual conjuntura social como sendo a sociedade do cansaço, justamente pela intensidade exaustiva de trabalho e atividades para preencher a vida, Han acredita que as patologias contemporâneas não estão apenas marcadas pelas doenças provocadas por vírus, ou bactérias ou quaisquer outros corpos estranhos ao organismo, na atualidade, as enfermidades estão associadas às atividades laborais, principalmente as envolvidas com alta performance com os compromissos com o trabalho.

Assim, doenças como déficit de atenção e síndrome de hiperatividade (TDAH), depressão e síndrome de Burnout, também como conhecida pela estafa mental e emocional, estão, para Han, como uma das mais incidentes na atualidade. Além do excesso de trabalho, outros aspectos são considerados como primordiais para a promoção das patologias contemporâneas como o excesso informacional encontrado com mais ênfase na era digital. Este aspecto é denominado pelo autor como sendo manifestação de violência neural, ou seja, uma violência que pode não ser vista aos olhos nus dos outros, mas sentida por anos a fio. O excesso de trabalho que anteriormente era considerado como uma das manifestações negativas para o sujeito ganha outras compreensões e, inclusive, perde a expressão de ser uma atividade negativa e passa a ser compreendida como sendo positiva, a despeito de ser fonte de patologia e violência emocional ou neural, pelas palavras de Han. Este outro olhar sobre o trabalho apresentado por Han compõe um dos elos interseccionais com o pensamento de Arendt sobre as atividades laborais.

O trabalho foi um dos objetos de estudo de Arendt (2016) ao configurá-lo como uma das atividades do sujeito que não expressam ações políticas. A divisão estabelecida por Arendt contemplou a existência, a *vita activa*, em três divisões sobre

a vida dos sujeitos: trabalho, obra e ação² cabendo a cada uma das condições uma representação para a vida ativa. Destarte, a obra, para a autora, configura na instrumentalização e artificialização do mundo, isto é, através do empenho nas atividades do exercício da profissão é possível a criação do mundo como sendo uma proposta útil aos homens, é a produção e reprodução dos bens duráveis. Por este entendimento que Arendt que desenvolveu o conceito de *homo faber*, a condição humana relacionada à produção de artifícios para o mundo, há a construção da mundanidade.

Por outro lado, há a produção daquilo que é descartável e irrisório à vida pública. O trabalho, sob o pensamento de Arendt, está relacionado à mera manutenção da existência da vida e não diz respeito à influência pública ou política da condição humana, está atrelada às questões metabólicas e fisiológicas da vida. O posicionamento de Arendt, inclusive, foi perturbador para a época em que foi lançado por reconsiderar que a força do trabalho não terá relevo destacável para revolução, como apontava o pensamento de Marx. Pelo trabalho, Arendt aponta a existência do *animal laborans*, o sujeito que meramente reproduz a atividade laboral, desprovido de representatividade política e pública.

Sob outro espectro, Arendt considera que a participação pública e política dos homens não se encontra em diálogo com as atividades laborais (trabalho ou obra), mas na qualidade de promover a ação. Para a autora, a ação encontra-se na qualidade de construir não apenas a instrumentalidade do mundo, mas a composição do espaço em comum, aquilo que ela denominou como sendo o *sensu comum*. As ações políticas promovem aspectos ligados à liberdade, visibilidade e comunicação. A edificação destes três conceitos fomenta o espaço e a discussão públicos e consolida as propostas políticas, visando o bem comum, a despeito de haver diferenças. Aliás, para Arendt, o espaço político não é um espaço monolítico ou homogêneo, mas contempla a diversidade discursiva que se presta a auxiliar na construção do *sensu comum*.

Todavia, desde a modernidade, Arendt (1983) reconhece que a influência de propósitos privados invadiu o espaço público a ponto de se tornar uma condição moral e política em pontos da sociedade ocidental. Por este modo que, depois da modernidade, com a formação da sociedade de massa e a individualização do mundo

² A primeira edição de *A condição humana* (Arendt, 1983), havia a divisão entre trabalho, labor e ação. Todavia, devido à necessidade de melhor adaptação aos conceitos da autora, a edição brasileira da obra (Arendt, 2016) reconfigurou os termos como sendo, respectivamente: obra, trabalho e ação.

houve a supremacia do *animal laborans*, isto é, o enaltecimento da produtividade e das atividades laborais como formas de pertencimentos social. Por esse outro panorama, a política e os aspectos que deveriam ser construídos sob a égide o espaço em comum perde forças.

Por este esquadro apresentado por Arendt, Han desenvolve seu pensamento e cria os elos para ratificar o posicionamento da autora e avançar sobre as reflexões do trabalho na contemporaneidade. Na nova forma de pensar o trabalho, para Han, o trabalho passou a ser o agente que promove ações políticas e públicas para o reconhecimento social. A produtividade em excesso e as horas a fio dedicadas ao trabalho desenham o aspecto de dominação. Paralelamente a esta concepção, há a inversão de que o trabalho, antes compreendido como algo negativo, passa a ser positivo, mesmo sendo a origem da incidência de doenças e violência. Esta mudança de perspectiva acontece devido à influência do capitalismo como, não apenas modo de produção, mas como modo subjetivo de sociabilidade e moral. O sistema capitalista, para Han, passa a integrar um dos modos de dominação e, para além disso, promover montagens³ para ressignificar valores como, por exemplo, de acreditar na positividade da exploração pelo trabalho. Retornando às ideias de Arendt, um dos pressupostos da política é a existência da liberdade. Deste modo, a ausência de liberdade caracteriza, além do exercício de dominação, sinais evidentes de violência. E no esquadro atual, compreender o excesso de trabalho como estratégia de libertação passa a ser a alinhamento do posicionamento de Arendt sobre a supremacia do *animal laborans* e, assim, promover a violência.

Além da intersecção com Arendt, as questões do trabalho apresentadas por Han também podem servir de elos a partir das considerações de Michel Foucault (2014). Conforme apresentado anteriormente, Arendt e Foucault não estabeleceram diálogos, a despeito de terem escrito com certa sincronia de tempo e afinidade entre objetos empíricos. A dominação para Michel Foucault não se expressa exclusivamente pelas ações do Estado ou estratégias de governos e regimes, mas enquanto tecnologias que são propostas pelos discursos e práticas de poder. Por este caminho, de acordo com Foucault, as práticas de poder estão associadas ao exercício de dominação. E as tecnologias de poder, como não estão restritas à atuação do governo, não são

³ O conceito de montagem aplicado nesta pesquisa se baseia na moral perversa desenvolvida pela psicanálise. De acordo com Sibony (2000), a moral perversa forja realidades através das montagens com o objetivo de permanecer em gozo, ou seja, constrói acontecimentos não verossímeis para evitar a angústia de não poder gozar.

centralizadas e são moveis como formas de representação; podem ser provenientes das práticas que visam o controle e disciplina de corpos e subjetividades como, por exemplo, os discursos e as práticas de saúde, da medicina, as práticas jurídicas, pedagógicas e educacionais, dentre outras. Por este modo que o autor reconhece, na verdade, que poder não existe, mas relações de poder; muitas vezes diluídas, pontuais, esparsas, porém dotadas de influência e vigor.

Couberam a essas áreas do conhecimento citadas anteriormente, a partir do final do século XVIII, apresentar, selecionar, esquadrihar, averiguar quais seriam os sujeitos considerados *normais* ou *anormais*, *civilizados* ou *selvagens*, *saudáveis* ou *doentes*. Para Foucault (2014), mesmo promovendo a distinção e hierarquização, o poder não se sustentaria apenas na condição de oferecer censura, repressão ou impedimento enquanto uma forma negativa de representação; deste modo, ele seria muito frágil. A força do poder encontra-se, na verdade, na posição de oferecer positividade em diálogo com o desejo e também a par do saber. Para o autor, o poder não impede o saber, ao contrário, o produz. O desejo, neste caso, encontra-se não mais no crescimento e desenvolvimento do *sensu comum* promulgado pelas ações políticas, mas na proposta de desejos individuais e privados.

Esta forma de controle e disciplina do corpo foi denominada por Foucault como sendo biopoder, a administração do corpo e subjetividade por meio de ações que visam o acompanhamento, investigação e dominação do mesmo. Pois isso, o corpo passou a ser objeto de investimento na aparência pública, nas investigações de manutenção de saúde e, também, na produção de corpos e mentes adequadamente aptos à sustentação do sistema capitalista; associada a esta ideia, está a promoção também de corpos felizes, uma vez que estão a par das estratégias de poder. Este mecanismo idealizado por Foucault produz sujeitos dóceis e domesticados em face às práticas de poder e, para além disso, também, como apontou Santaella (2016), a biopolítica produz sujeitos ao par das práticas do capitalismo neoliberal. Na visão da autora, a biopolítica não seria fértil se não houvesse a atuação do capitalismo em criar montagens a ponto de elencar pontos negativo de controle e disciplina como sendo positivos.

Desta forma, o capitalismo contemporâneo não promove ações políticas, no sentido empreendido por Arendt, assim como a autora previu que no século XX também não promoveu devido à concretização da sociedade de massa, o crescimento exponencial do consumo. Agora com a sociedade do cansaço, como sugere Han (2017), se a política arendtiana foi um objetivo, o alcance encontra-se muito distante.

Se no passado a sociedade disciplinar prezava pelo alinhamento uniforme de sujeitos hoje, com a sociedade do cansaço, esta forma de disciplina perde o sentido, porém, não perde a força de atuação e sugere que, apesar da promoção de domínio e violência neural, o desempenho é manifestação de honra ao mérito e um aspecto supostamente libertador.

Este entendimento de Han é o elo interseccional que reconsidera o pensamento de Arendt que considera o trabalho apenas como ponto de sustentação da vida metabólica, o trabalho passa a ser ponto positivo para pertencimentos social. O fato de reconsiderar o posicionamento de Arendt não obrigatoriamente a anula, mas diagnostica outra realidade para além daquela idealizada, até porque há pontos em comum entre Han e Arendt; ela reconhece que a política moderna perdeu o caráter de deliberação coletiva para a instauração da administração e acompanhamento da vida.

Por este caminho, Han costura o entendimento de Foucault de biopolítica com a ideia de Arendt para desenvolver as estratégias de dominação a partir das artimanhas no capitalismo neoliberal. A vida passa a ter utilidade e pode ser desprezada quando inútil, e a compreensão da vida contemplativa, como sendo a vida contemplada pela ação política, desenhada por Arendt, perde forças. Conforme uma crítica à sociedade atual, a felicidade está relacionada, como sugere Han, no desempenho e na produtividade narcotizantes realizadas pelo trabalho e promulgadas pelo capitalismo. O posicionamento de crítica à atuação do capitalismo apresentado por Han vai ao encontro do pensamento de Arendt, quando esta considera a supremacia do *animal laborans* a partir da idade moderna.

A liberdade, para Arendt, é um dos sinais mais consistentes de participação política e a partir do momento em que sujeitos são privados de liberdade, são abertas possibilidades de violência sob várias manifestações. Para a autora, a liberdade é constituída politicamente dentro das possibilidades de haver escolhas, em interface com Foucault, conforme apresentado anteriormente, a biopolítica não oferece condições de escolhas, mas a doutrinação, a docilidade de corpos e a domesticação de mentes. E, a par do pensamento foucaultiano, Han acredita que há ainda a possibilidade de controle e disciplina, todavia, pelo avanço do produtivismo e alcance desenfreado do capitalismo, a necessidade de manter-se em atividade e útil desenvolve a sensação de pertencimento e participação social, mesmo com as diversas adversidades patológicas que surgirão como sintoma.

Pela violência estabelecida pelo capitalismo, de acordo com Han, a vida e o corpo perdem o valor político e a visibilidade no espaço político, tornando-se o meio para a manifestação da dominação. A vida passa a ser entendida como sendo *zoé*, a mera existência metabólica, também percebida como sendo *homo sacer*, conforme apresentado por Agamben (2010). O autor resgata valores do direito arcaico romano para definir a vida que, mesmo sendo sacra, a sua eliminação não causa dolo, responsabilidade ou quaisquer tipos de ônus. A vida que poderia ser eliminada segundo a vontade do soberano, no exercício da função de controlar, disciplinar, acompanhar seus súditos, perde valor e significado. Conforme Agamben apresenta, a vida não pode morrer, mas pode ser matada.

Até o século XIX, a vontade do soberano se articula na promoção de “fazer morrer ou deixar viver”, ou seja, o corpo era alvo da súplica entre os escolhidos pela penitência do soberano. E, a partir do século XIX, com a instauração do capitalismo como modo de produção (econômica e subjetiva), a atuação soberana não agiu de modo exclusivamente individual, mas em sociedades e populações e a regência de atuação do soberano deixa de ser “fazer morrer ou deixar viver” para ser “fazer viver e deixar morrer”.

Por este motivo, a vida, bem como os modos de convivência e sociabilidade são fragilizados, Han (2017b) acredita na consolidação da agonia do Eros. No entendimento realizado pelo autor, o erotismo não está relacionado à pornografia ou sentenças semelhantes, mas resgata o valor primordial do erótico enquanto envolvimento de amor, remetendo ao deus Eros, algo muito semelhante em associar o amor às ações políticas. Por este modo, a agonia do Eros torna-se a debilidade de amar enquanto reconhecimento de sujeitos no espaço público e social. A tentativa de aniquilar as manifestações eróticas apresentadas por Han anula consideravelmente o convívio, as ações de amor e a presença do *outro* nos modos de sociabilidade e política. Uma das expressões da agonia do Eros foi a ocorrência do holocausto, quando houve a necessidade de destruição daquilo que ofereceria risco à alucinação da supremacia branca, e também as estratégias de biopolítica que, no intuito de promover a dominação pelo corpo, não agencia alteridade, mas, promove a violência pela domesticação de corpos, sujeitos e mentes.

Esta nova condição da vontade soberana, baseada no capitalismo neoliberal, constrói o elo de intersecção com o estado biopolítico apresentado por Foucault, uma vez que a estratégia de atuação da biopolítica edifica realidades para forjar corpos e subjetividades, não há a possibilidade de aventar a existência da biopolítica sem a

ocorrência do capitalismo. A despeito de haver políticas públicas e assistenciais de inclusão de determinados grupos à participação social e política, a morte (simbólica ou biológica) daqueles atingidos pela biopolítica não causa dolo ou penitência para aqueles que promoveram a execução. Assim como o capitalismo segrega populações, conforme apresenta Han, as manifestações da biopolítica também realiza a mesma função, além de categorizar, definir e excluir sob vários aspectos referentes a quem possa ser saudável ou doente, normal ou anormal etc.

Os sujeitos atingidos pela ação da biopolítica, bem como a condição de existência do *homo sacer*, são concebidos pelo *estado de exceção*, ou seja, a qualquer momento a vida pode ser eliminada por estar exposta à vulnerabilidade da violência e pela ausência de direito e possibilidade de visibilidade. Mesmo prevendo que a condição de excepcionalidade não deveria ser habitual, o estado de exceção torna-se condição moral pelo exercício de quaisquer formas de violência.

A biopolítica pode ser uma prática de violência quando não se reconhece as subjetividades e os contextos e faz da vida de grupos e sujeitos uma condição de *homo sacer*, ou, pela ótica de Arendt, uma vida *zoé*. Han costura os elos destas propostas de pensamento quando acredita que o capitalismo exerce a função de controle e dominação, todavia, não mais enquanto manifestação negativa, mas como sendo uma condição positiva de sociabilidade e comunicação pelo poder exercido.

Em reflexões acerca do poder, Han (2019) oferece uma breve e consistente revisão a respeito das manifestações ocorridas ao longo da história. Conforme apresentado, Han estabelece elos de intersecção entre os autores, mesmo não quando as costuras parecerem distantes. Seguindo na esteira do pensamento de Arendt, o poder para ela não se encontra como sintoma de manifestação da violência, da privação ou da restrição e dessubjetivação de determinados grupos ou indivíduos. Arendt oferece outro do pensar o poder para além das concepções de controle; a qualidade de poder, para ela, está relacionada com as questões políticas, ou seja, o exercício do poder é reconhecido mediante ao exercício de agregar valores à polis enquanto práticas públicas.

O modo que Arendt percebe o poder está associado com a ação política de promover o debate, a discussão e a visibilidade públicos, agir em concerto entre sujeitos livres. Em uma das suas célebres afirmações, Arendt (2009) menciona que o poder nunca é aquilo que vem do fundo do cano de uma espingarda; por isso, para ela, violência e política nunca se encontram em face na mesma situação, são diametralmente opostas e antagônicas. Para Han (2019), o pensamento de Arendt

procede quando são levadas em consideração o sentido do valor de privação. Dentro do pensamento arendtiano, o espaço privado não apresenta porções políticas ou públicas, a privação da condição humana é individual, limitada e estratificada pela hierarquia por chefes de família. A manifestação pública ou a representação política não cabem em espaços privados, pois estes são destinados à solidão e ao isolamento. Conforme reflexão de Han “Do fino cano da espingarda não surge um espaço. No fundo, é um espaço muito solitário” (HAN, 2019, p. 144), ou seja, a partir da solidão e privação não é possível concretizar o poder, mas abre brechas para o fomento de violência. Ainda no entendimento do autor, com base em Arendt, o poder, bem como a política, é fruto do *estar-entre* os homens e não no isolamento da condição humana, por que, por mais forte que seja um sujeito, nunca, na solidão da privacidade, conseguirá sozinho o exercício do poder.

Em outra perspectiva para analisar o poder, em face ao estruturalismo, Foucault acredita que este é expresso, conforme mencionado, não apenas pela atuação do Estado, mas em esferas que entidades, grupos e sujeitos que, dotados de conhecimento e saber, exercem movimentos de poder. Por esse lado, mesmo havendo a possibilidade de associar poder à violência, contrariamente ao pensamento de Arendt, o poder não consegue ser frutífero apenas na promoção pela repressão, mas na participação, atuação e completude de outros sujeitos. Tendo como base o capitalismo, ilustrado por Han que tem como sintoma as manifestações de biopolítica, sua prosperidade acontece porque há relações de afetos positivos entre aqueles que o reverberam no meio social.

Os modos com que Foucault e Arendt compreendem as faces sobre o poder podem ser diferentes e originados a partir de epistemologias diferentes, todavia, se unem no entendimento de que não há totalidade por parte daqueles que o exercem. Arendt acredita que poder não se tem, mas é ofertado e cabe à população a eleição daqueles que escolhidos para o exercício do poder, tendo em vista que o poder é a qualidade da ação política. Em outra perspectiva Foucault acredita que o poder não é estável e permanente, pela ótica do autor, o poder, na verdade, não existe, o que existem são relações de poder, sendo que essas são cambiantes, difusas e direcionadas à multiplicidade dos homens.

A despeito de haver divergências epistemológicas sobre poder entre os autores citados, Han constrói os elos de intersecção no entendimento de rever as atuações do capitalismo como modo de controle e produção na sociedade contemporânea. Han (2017) reconsidera o entendimento de que o poder não se encontra na qualidade

de articular propostas para o espaço público, como apresenta Arendt; e também reconsidera as interferências sutis do poder desenhadas por Foucault pelas artimanhas dos micropoderes, mas na gerência da própria vida individual, narcísica e produtivista, como sugere as faces do capitalismo, ainda mais com as estratégias digitais.

Em resenha à obra de Han, há o entendimento de que “Como a técnica de poder do regime neoliberal não é proibitória ou repressiva, as práticas de controle são concebidas de modo prospectivo, permissivo e projetivo, as nuances de vigília muitas vezes são silenciosas”. (AMARAL, 2018, p. 248). É dentro desta perspectiva que o poder se encontra, não na vigilância enquanto manifestações disciplina ou políticas, dentro da concepção arendtiana, o poder para Han cria estruturas de dominação naturalizantes da própria condição de dominação, ou seja, os mecanismos de contestação e questionamento do capitalismo neoliberal se esvaírem a ponto de haver, como sugere o autor, a anulação da condição dialética de senhor e escravo proposta por Hegel.

A refutação da ideia hegeliana constrói a moral de que todos são senhores-de-si-mesmo e a naturalização do trabalho como estratégia de poder pela auto-exploração. Para Han (2017) na impossibilidade de questionamento, o sujeito é rendido pela moral produtivista de auto-exploração. De certa forma, mesmo não considerando o mesmo conceito de poder apresentado por Arendt, Han legitima o entendimento da autora sobre a supremacia do *animal laborans*, representação do homem que acredita no esforço do trabalho uma forma de pertencimentos social, agora sem possibilidades mínimas de aventar saídas para este tipo de dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção de apresentar as obras de Han como elos de intersecção entre os pensamentos de Hannah Arendt, Michel Foucault e Giorgio Agamben evidencia a possibilidade de construir paradigmas epistemológicos para elucidar o trânsito para a construção de conhecimento e, principalmente, renovar as possibilidades de reflexão sobre determinados conceitos. A necessidade de refletir sobre as estratégias de poder e trabalho se fazem necessárias, uma vez que o trabalho deixou de ser apenas a atuação para a obtenção de renda, mas também um referencial para controle e dominação, inclusive de si mesmo.

Assim como foram reconfiguradas as relações de trabalho, o entendimento de poder também não se encontra estanque. Os elos estabelecidos por Han evidencia

que há na contemporaneidade o afastado acerca do poder tendo como referencial o pensamento arendtiano que o julga como ação política. Paralelamente há este afastamento, também foram reconfiguradas as estratégias de poder enquanto movimentação que promovessem pontos negativos. A qualidade moral de fomentar pontos positivos se torna uma condição onipresente, a despeito de promover violência e isolamento político, principalmente, pelas novas formas de articulação do capitalismo neoliberal.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. Afetos, controle e política: novas estratégias de vigília. **Revista Eptic**, Aracaju, v. 20, n. 2, p. 246-251, 2018. Resenha de HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder**. Trad. de Alfredo Bergés. Barcelona: Herder, 2017.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- _____. **A condição humana**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- _____. **Comprender: formação, exílio e totalitarismo. Ensaio (1930-1954)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- HAN, Byung-Chul. **A agonia do Eros**. Petrópolis: Vozes, 2017b.
- _____. **O que é poder?** Petrópolis: Vozes, 2019.
- _____. **Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder**. Trad. de Alfredo Bergés. Barcelona: Herder, 2017.
- _____. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
- SANTAELLA, Lucia. **Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política**. São Paulo: Paulus, 2016.
- SIBONY, Daniel. **Perversions, dialogues sur des folies actuelles**. Paris: Seuil, 2000.